

Evolução das representações do feminino e do materno em psicanálise: dois paradigmas clássicos e um emergente ¹

David Figueirôa²

PsiRelacional, Lisboa, Portugal

O autor pretende evidenciar as mudanças nas representações do feminino e do materno na teoria psicanalítica. Identifica 3 diferentes paradigmas teóricos, formados em diferentes momentos da evolução da psicanálise, usando como critério diferenciador o que designa por "estatuto ontológico do outro". Parte de dois paradigmas clássicos, o da teoria freudiana ("Mãe-Objecto") e o da escola das relações de objecto ("Mãe-Função"), para chegar a um terceiro paradigma, que emerge com psicanálise relacional, o da teoria intersubjectiva de Jessica Benjamin ("Mãe-Sujeito"). Procura ainda, evidenciar a influencia cultural e social na construção da teoria psicanalítica mas, sobretudo, o sentido inverso dessa influência, isto é, o potencial transformador que a teoria psicanalítica oferece, não só na esfera individual mas também na esfera cultural e social. A este nível destaca a teoria intersubjectiva de Benjamin como exemplo da articulação entre o individual e o social e o seu potencial transformador, em ambas as esferas, a partir da relação analítica.

Palavras-chave: Feminino, Materno, Outro, Reconhecimento mútuo.

The author intends to highlight the changes in the representations of the feminine and the maternal in psychoanalytic theory. He identifies 3 different theoretical paradigms, formed in different moments of the evolution of psychoanalysis, using as differentiating criterion what he denominates by "ontological status of the other". Two classic paradigms, the Freudian theory ("Mother-Object") and the school of object relations ("Mother-Function"), and a third paradigm that emerges with relational psychoanalysis, that of intersubjective theory by Jessica Benjamin ("Mother-Subject"). It also points to the cultural and social influence in the construction of psychoanalytic theory and the inverse direction of this influence, that is, the transformative potential that psychoanalytic theory offers not only in the individual sphere but also in the cultural and social sphere. At this level he emphasizes Benjamin's intersubjective theory as an example of the articulation between the individual and the social and its transforming potential, in both spheres, from the analytical relationship.

Key Words: Feminine, Maternal, Other, Mutual recognition.

English Title: Evolution of representations of the feminine and the maternal in psychoanalysis: two classic paradigms and one emerging.

Cita bibliográfica / Reference citation:

Figueirôa, D. (2019). Evolução das representações do feminino e do materno em psicanálise: dois paradigmas clássicos e um emergente. *Clínica e Investigación Relacional*, 13 (1): xcvi-cviii. [ISSN 1988-2939] [Recuperado de www.ceir.info] DOI: 10.21110/19882939.2019.130107 (v. castellana)

¹ Comunicação apresentada nas II Jornadas da PsiRelacional sobre "O Nascimento da Mãe", Lisboa 17-19 Maio 2018

² Psicoterapeuta psicanalítico, PsiRelacional – Associação de Psicanálise Relacional, Lisboa; davidf@netcabo.pt

I. Freud: A mãe-objecto das pulsões, uma mãe indiferenciada nos seus atributos reais

Um dos legados de Freud foi ter contribuído para trazer a sexualidade feminina ao estudo científico. No entanto, o seu valor foi mitigado pela natureza falocêntrica da sua teoria, que lhe proporcionou tantas - e justas - críticas.

A polémica questão da “inveja do pénis” concentra, simbolicamente, o essencial da disposição freudiana quanto à posição relativa do feminino face ao masculino. Para Freud, o complexo central do desenvolvimento é o Édipo, onde, na sua etapa inicial, a percepção do pénis (ou da sua falta) é o critério em torno do qual giram os principais anseios e angústias no menino e na menina. Se a angústia masculina por excelência é a da castração (o medo de perder o pénis), o complexo feminino determinante é o da inveja do pénis (com a fantasia de ter ficado sem pénis), vd., por exemplo, Freud, 1908.

Esta centralidade do pénis e do masculino em Freud é expressa também na centralidade do Pai enquanto agente de desenvolvimento. Esta centralidade vem desde o pai primevo de “Totem e Tabu” (1913), que depois de assassinado e comido pelos filhos, é recuperado enquanto totem, acções que constituem, neste mito psicanalítico, as bases da organização social, da moral e da religião. Está aí representado também o nascimento do pai edípico, o ser odiado transformado em agente do “interdito” e da “lei”, com o seu papel decisivo na repressão da força pulsional básica no humano e, dessa forma, salvaguarda da civilização. A centralidade fálica em Freud exprime-se, ainda, por exemplo, nas contestadas correspondências psicológicas entre o masculino e o “activo” e o feminino e o “passivo” (Freud, 1918, citado por Quinodoz, 2004, p.200).

As linhas de força do pensamento freudiano inscrevem a mulher como objecto do desejo (e o homem como sujeito do desejo). A mulher representa a tentação ou a proximidade com o pulsional, em função da urgência sexual que move o homem – e o menino (que é “pai do homem”), no seu complexo edípico. Se a mãe é o objecto do desejo, o pai constitui-se como o interdito, o castrador e, dessa forma, o libertador que se opõe ao desejo pulsional infantil e, implicitamente, ao seu próprio desejo pulsional. Não é difícil de reconhecer como Freud, com o seu génio psicanalítico revolucionário, não deixou de estar condicionado pela cultura patriarcal vigente na época e com raízes profundas na história cultural europeia (como todos sabemos, a mulher nasce do homem, Eva da costela de Adão).

Em Freud, a presença “real” da mãe com funções cuidadoras é pouco diferenciada: a relação mãe/bebé gira em torno da questão da gratificação/frustração pulsional e na questão derivada da proximidade mãe-bebé, esfera da vida pulsional, e o seu destino

saudável: a separação mãe-bebé, com a possibilidade de renúncia e sublimação pulsional. O agente da separação, o agente do desenvolvimento psíquico é o pai.

Neste sentido, há uma coerência significativa entre a predominância masculina e paterna na religião (Jesus é filho de Deus, Jesus é Deus, Jesus é homem, Deus é evidentemente masculino, como os padres são homens, etc.), nas estruturas patriarcais na sociedade (o pai de família, o senhor da terra, a sucessão por via masculina, etc, etc.) e a concepção psicanalítica inicial.

Seleciono uma passagem de Freud que ilustra a intersecção dos paradigmas cultural e psicanalítico sobre o feminino e o materno, de Mal-Estar na Civilização (1930), portanto já na fase consolidada da sua obra:

“As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual [em oposição aos interesses mais latos da civilização]. O trabalho de civilização tornou-se cada vez mais um assunto masculino, confrontando os homens com tarefas cada vez mais difíceis e compelindo-os a executarem sublimações instintivas de que as mulheres são pouco capazes. Já que o homem não dispõe de quantidades ilimitadas de energia psíquica, tem de realizar as suas tarefas efectuando uma distribuição apropriada da sua libido. Aquilo que emprega para finalidades culturais, em grande parte o extrai das mulheres e da vida sexual. Sua constante associação com outros homens e a dependência de seus relacionamentos com eles o alienam inclusive dos seus deveres de marido e de pai. Dessa maneira, a mulher descobre-se relegada a segundo plano pelas exigências da civilização e adopta uma atitude hostil para com ela” (p.109).

Aqui temos o homem activo, agente da civilização, capaz de sublimar as pulsões, e a mulher, perspectivada por Freud, e, portanto, perspectivada pelo homem, como representante da família e da vida sexual, refém e guardiã de uma pulsionalidade endógena, que se opera fazendo-se objecto materno e objecto sexual.

Temos, portanto um paradigma psicanalítico inicial sobre o feminino e sobre o materno caracterizado pela atribuição ao feminino da proximidade com o pulsional, no carácter de objecto, e dessa forma se constituindo como uma oposição à civilização e ao desenvolvimento psíquico decisivo. Em Freud, a grande tarefa do desenvolvimento psíquico é, portanto, a capacidade de renúncia em relação ao pulsional, a capacidade de sublimação pulsional, e, conseqüentemente, a tarefa relacional primordial é a separação em relação à mãe.

Coerentemente, em Freud, a mãe real surge indiferenciada, não se lhe conhecem atributos específicos. Ela é, para o seu bebé, nada mais nada menos que o modelo de todo o amor

futuro (1930, p.89). Este enlace pulsional com o objecto, quando dele se consegue separar (quando a via psicótica não se estabelece), será a reminiscência infantil de que o amor adulto se alimenta. A indiferenciação materna está aqui de mãos dadas com uma idealização redutora do materno real. A grande questão do desenvolvimento é posterior e a figura em torno do qual ele se processará será o pai.

A psicanálise paterna, edípica, civilizadora, de Freud deixou a mulher e a mãe não longe do papel que lhes competia na cultura mais vasta. Mas abriu caminho decisivo para desenvolvimentos subsequentes de enorme impacto, vindo rapidamente a constituir-se um novo paradigma duradouro sobre o feminino e, sobretudo, sobre o materno.

II. Relações de Objecto - A mãe-função "suficientemente boa"

Inspirada em Sandor Ferenczi e na importância da mãe real, na descoberta da psicanálise infantil, por Anna Freud e Melanie Klein, e nos achados da psicologia do desenvolvimento, a escola britânica das relações de objecto trouxe esse novo paradigma. Desde logo, autores tão proeminentes como Melanie Klein e Donald Winnicott reivindicaram o lugar autónomo da sexualidade feminina, com críticas manifestas à teoria freudiana que a fazia dependente da sexualidade masculina. Diz Winnicott "A inveja do pénis como fonte de motivações poderosas na menina e na mulher não pode ser ignorada [concedendo aqui a Freud, mas acrescentando], mas apesar disso existe sem dúvida uma fantasia e uma sexualidade feminina básica, que têm a sua origem na mais remota infância" (1988, p.63-64), e explícita como o carácter activo da sexualidade feminina, o carácter activo da "vagina", é camuflado por fantasias "da ordem do recolher, do guardar em segredo, do esconder", em coerência com a própria disposição anatómica. E, acrescentaríamos, em coerência também com a disposição cultural, que a família e a educação reproduzem.

É a escola das relações de objecto que promove em definitivo a passagem do foco do Édipo tardio para a relação primitiva com a mãe. Klein, Fairbairn, Winnicott, Balint, Bowlby, Bion, etc. vão ampliar o olhar psicanalítico sobre a relação primária e vão fazer emergir no pensamento psicanalítico a importância da relação mãe-bebé.

O olhar sobre o bebé e sobre a relação mãe-bebé, encontra talvez em Winnicott máxima expressão quando afirma que "não existe tal coisa chamada bebé" (1957, p.99), referindo-se à absoluta dependência deste em relação à mãe. O que existe é a "unidade mãe-bebé". Mas aqui já não estamos no quadro da força e do controlo pulsional como critério fundamental para o desenvolvimento psíquico, mas sim no quadro da emergência do self individual, face à dependência absoluta inicial com a mãe.

É, portanto, em torno da figura materna e da relação primária que se desenvolve a teoria psicanalítica, relegando-se o pai freudiano para um momento posterior, um momento já de menor expressão e impacto.

A mãe torna-se progressivamente mais diferenciada. A partir das “experiências boas” que a mãe real, evocada por Melanie Klein, deve proporcionar ao seu bebê, a psicanálise foi descortinando e caracterizando um conjunto de atributos e de funções maternas cada vez mais apurados – desde então a psicanálise e a psicologia do desenvolvimento têm sido prolíferas em identificá-las, como a função continente de Bion, ou a função vinculativa de Bowlby ou a de “mentalização” de Fonagy, por exemplo. Vou particularizar apenas no psicanalista de segunda geração que deu maior amplitude às funções maternas, que foi Donald Winnicott, a partir da sua imensa experiência como pediatra na observação dos bebês com as suas mães. Winnicott descreveu como função materna essencial a da continuidade relacional no tempo, e delineou, dentro dessa continuidade cuidadora, as funções de *holding* (suster o bebê) e *handling* (o manusear físico e psíquico), a função de se deixar descobrir e criar pelo bebê, as funções de não indiferença e de não intrusividade, as funções de apresentação do mundo ao bebê, da sustentação dos paradoxos inerentes ao objecto e ao espaço transicional, do brincar ou ainda as funções de não retaliação, de não retirada e de sobrevivência à pulsionalidade da criança, entre outras (ver, por exemplo, 1984, 1987).

Winnicott descobriu definitivamente a mãe real, que se veio a revelar uma super-mãe (a sua descoberta representa também um reconhecimento da super-tarefa que as mães desenvolviam sem o conhecimento consciente dos homens e da própria psicanálise até então). Mas esta super-mãe é uma mãe sobrecarregada com uma responsabilidade extraordinariamente exigente (e inevitavelmente culpabilizada pelas falhas), o que é algo que o próprio Winnicott procura aliviar com a sua realista e equilibrada síntese das funções maternas: a mãe está condenada a “falhar, a falhar e a falhar”, sem que isso comprometa o desenvolvimento, se for “suficientemente boa”. Mas, antes disso, nas primeiras semanas de vida do bebê, como o próprio afirma, é desejável que a mãe ofereça uma adaptação perfeita às necessidades do bebê. A “preocupação maternal primária” ajudará a mãe, mas a função cuidadora não poderá ser suportada só por ela, e envolverá o também o pai e, progressivamente, todos os elementos significativos da família, da escola e da comunidade, incluindo, quando chamados, os psicoterapeutas. Todos os elementos significativos do meio farão parte da “mãe suficientemente boa” que a todos representa (1957; 1984). Winnicott, de certa forma, preconiza uma sociedade em que todos temos responsabilidades por todas as crianças (Figueirôa, 2014).

Esta valorização e diferenciação da mãe real é acompanhada pela deslocação do foco psicanalítico do paterno para o materno, do masculino repressor/libertador para o feminino cuidador. Da função da autoridade para a função do cuidar. Da educação para o desenvolvimento emocional. A mãe "suficientemente boa" é uma mãe real, amplamente diferenciada ao nível funcional, e aí se incluindo a "relacionalidade" (Greenberg e Mitchell, 1983, p.227-250). O desenvolvimento libidinal e pulsional inscreve-se desde então no mais lato desenvolvimento emocional da criança.

Este novo paradigma materno, que, na senda de Winnicott, podemos designar também de "mãe suficientemente boa", incluindo todas as funções psicanaliticamente discriminadas, põe ênfase na mãe real e nas funções maternas e permanece como o mais representativo na actualidade. Esta "mãe suficientemente boa" é desde então a nova matriz teórica do desenvolvimento psíquico, que abre caminho ao pai e às restantes relações. A criança deve encontrar uma "mãe suficientemente boa" para se poder constituir a si própria enquanto unidade autónoma, com o seu self único, diferenciado e criativo.

A "mãe objecto" freudiana passa a ser uma mãe-sujeito de funções, mas que se mantém, na perspectiva da criança, como um objecto provedor às suas necessidades.

Na transição dos paradigmas, passamos igualmente, do modelo da fixação libidinal para modelo da falha do desenvolvimento, colocando à relação analítica a tarefa de suprir o que ficou em falta (Greenberg e Mitchell, 1983, p.451-462). A psicanálise freudiana, neutral, interpretativa e orientada para o conhecimento (tornar o inconsciente consciente) evoluiu assim no sentido da inclusão da importância da relação transformadora, fornecedora dos elementos relacionais em falta. O analista freudiano desvelador do inconsciente foi complementado pelo analista enquanto figura significativa na "regressão à dependência" em autores posteriores (Ferenczi ou Winnicott, por exemplo, 1954). O analista neutral foi chamado à relação. O analista freudiano objecto da transferência (aí, na sua dimensão essencialmente feminina) e sujeito do saber e da interpretação (na sua dimensão essencialmente masculina) evoluiu, portanto, no sentido da inclusão de funções relacionais diversificadas. A articulação no interior do analista e na relação clínica destas valências interpretativa e relacional constitui desde então o maior desafio teórico-clínica à atitude psicoterapêutica (por exemplo, Winnicott, 1955-56), um desafio que se estendeu até à actualidade.

III. Teoria intersubjectiva de Benjamin: a mãe-sujeito, centro de subjectividade

Nos anos 80 os movimentos relacionalistas (Greenberg e Mitchell, 1983, e companheiros, vd. Mitchell e Aron, 1999) e intersubjectivistas (por exemplo, Orange, Atwood e Stolorow, 1993) revolucionaram a psicanálise com a chamada “viragem relacional”. Estes autores aprofundaram a autonomia do olhar sobre o feminino, relançaram as questões de género no debate psicanalítico e ampliaram o paradigma da “mãe suficientemente boa”, valorizando a importância dos contextos intrapsíquicos e interpessoais, familiares, sociais e culturais.

Jessica Benjamin, no coração do movimento relacional norte-americano, é uma autora feminista que formulou uma teoria original da intersubjectividade como uma aquisição do desenvolvimento (1990, 2018).

Ela assenta na percepção do outro não só como inteiro e separado de mim, mas como sujeito de uma subjectividade e de uma intencionalidade própria e independente de mim. Na relação com a mãe – ou com o cuidador – esta capacidade desenvolve-se a partir da própria capacidade da mãe de reconhecer o seu bebé enquanto um ser diferenciado (o que o próprio bebé suscita com as suas aptidões expressivas e relacionais), e da capacidade dela própria se sentir e assumir como um ser diferenciado em relação ao seu bebé, proporcionando, ao bebé, a possibilidade de constituir uma relação com uma mãe que é um sujeito e um centro de experiência e subjectividade próprias.

Quando as coisas correm bem, mãe e bebé articulam progressivamente uma relação de reconhecimento mútuo, em que a acção do outro não é meramente referenciada às necessidades de relação de objecto internas do primeiro.

Estamos, portanto, num padrão relacional evoluído, num grau máximo de relacionalidade (Mitchell, 2000), que dá corpo à passagem de uma relação sujeito-objecto para uma relação sujeito-sujeito, adquirida no desenvolvimento, tendo como momento crítico o correspondente à “fase de reaproximação” de Margaret Mahler, pelos 2 anos de idade, que Benjamin reinterpreta como uma “crise de crescimento” da intersubjectividade (1990, p.190).

Uma das bases do pensamento de Benjamin pode ser encontrada, como a própria assume, na intersubjectividade winnicotianna, expressa no texto “O uso de um objecto e o relacionamento através de identificações” (1971) em que Winnicott estabelece a diferença entre a capacidade de relação de objecto - esta sendo subjectivada e auto-referenciada ao mundo interno, isto é, ao envolvimento do outro real no cenário interno pré-existente - e a capacidade de usar o objecto, de usar o outro real, o que pressupõe, para Winnicott, o

reconhecimento do outro real enquanto independente do “outro” que há em mim. Para Winnicott esta aquisição depende da capacidade de sobrevivência do outro real ao movimento destrutivo do sujeito em relação a ele. Quando o outro sobrevive à destruição fantasiosa, inerente à vida psíquica, estabelece, então, as condições para ser descoberto enquanto objecto real – ou, como diríamos hoje, enquanto outro sujeito.

Para Benjamin, a capacidade de reconhecimento mútuo não é uma aquisição plena, porque implica uma permanente tensão entre a subjectivação onipotente, com a negação e a destruição do outro, e o reconhecimento da realidade do outro, com a sua sobrevivência. Na nossa mente estamos, de forma sistemática e dinâmica, a perder e a recuperar essa capacidade, numa tensão permanente entre destruição e sobrevivência, subjectivação e realidade, relação de objecto interna e usufruto do outro real, entre a auto-referenciação intrapsíquica e o reconhecimento do outro.

Conhecemos esta dinâmica nas nossas relações quotidianas e íntimas, com os nossos pais, filhos, chefes, amigos ou parceiros amorosos. Quando a coisa aperta, quando o conflito faz perigar a segurança do nosso self, a tendência psíquica, defensiva, é ler a realidade do outro em função da minha própria subjectividade. Por vezes, levamos tempo até à restauração do reconhecimento do outro.

O psiquismo, para Benjamin, não é harmonioso. Estamos sempre entre a ruptura da intersubjectividade e a reparação e restauração da mesma. A capacidade intersubjectiva traduz-se, portanto, na capacidade de suster esta tensão e de a reparar quando entra em ruptura.

Ora, como dissemos atrás, é na relação mãe-bebé, ou cuidador-bebé, que se desenvolve esta capacidade. O que implica a capacidade de aceitação, pela mãe e pelo bebé, que a mãe-função coexiste com a mãe-sujeito, com a mulher que existe por si mesma e que tem vida para além do filho.

Isto implica que a teoria das relações de objecto, fundada no intrapsíquico, se mantém válida, dado o fundo de relações de objecto internas que se mantém activo até no psiquismo mais evoluído, mas deve ser acrescida de uma teoria intersubjectiva que representa a possibilidade de libertação das relações de objecto internas e da possibilidade de reconhecimento mútuo.

Quando predominam as relações de objecto internas, o outro é a face complementar do que me angustia, isto é, é o outro que me faz sentir o que eu sinto, por isso, ataco-o, diminuindo-o e destruindo-o enquanto equivalente a mim. O restabelecimento da capacidade de reconhecimento mútuo é o que permitirá a transição da luta de poder à

partilha do poder, da desigualdade à igualdade, do amor narcísico ao amor maduro. O reconhecimento mútuo institui a possibilidade de descobrir o outro real – e, aí, também a possibilidade de se ser descoberto como se é.

A teoria da intersubjectividade de Benjamin foi também, um passo em frente na psicanálise feminista, ao evidenciar as bases psíquicas da estrutura de dominância masculina na sociedade. A mãe (interna) onipotente, que tudo pode oferecer ou negar à criança é a figura central da teoria das relações de objecto. A mãe toda poderosa da dependência infantil mantém-se sempre nas bases do psiquismo adulto. A dominância social masculina, as estruturas patriarcais e machistas, desenvolvem-se como contrapoder a esta mãe onipotente e poderosa, de que a criança interna depende e da qual necessita de se libertar para poder existir. Quando não se sustenta a capacidade intersubjectiva, que é essencial ao reconhecimento da mulher na mãe e à constituição da relação com o feminino autónomo, mantém-se o sujeito prisioneiro, na relação com o feminino, desta base de relação de objecto, e precisa de organizar o poder de a submeter. Vai do sentimento de dependência à sujeição do outro. Esta será, aliás, a base de todas as relações de poder e submissão, do ponto de vista da intersubjectividade de Benjamin. Uma visão alternativa, ou complementar, à de Donald Meltzer e aos seus trabalhos sobre tirania e submissão (1968).

Neste sentido, a teoria de Benjamin não só incorpora a evolução social de emancipação da mulher ao longo do séc. XX e em curso, como fornece uma compreensão das bases intrapsíquicas da dominância masculina e identifica uma aquisição psicológica e relacional fundamental para que o reconhecimento mútuo entre mulheres e homens possa evoluir dinamicamente de uma luta de poder e submissão para uma partilha do poder – na família e na sociedade.

Ora, o que pretendo aqui afirmar é que esta teoria traz novos elementos para um novo paradigma psicanalítico contemporâneo sobre o feminino e o materno no contexto da psicanálise relacional. Um paradigma assente numa evolução do estatuto ontológico do Outro. Em particular, a mulher encontra na teoria intersubjectiva a sua plena emancipação enquanto sujeito, sendo que o maior alcance dessa conquista se faz dentro do “lugar sagrado” da mãe. Se a mãe nasceu (e é necessário que nasça - como nos lembrou Matos, 2019) e se constituiu sobre o feminino, este pode manter-se vivo para além do materno. Aliás, se tal não acontecesse desde logo, se a simbiose ou a fusão ou a identificação com o bebé fosse perfeita, a mãe faria como o bebé e comeria o bebé, como assinala Lacan, na sua crítica à teoria das relações de objecto e ao amor primário (1975, citado por Benjamin, 2018, p.27).

Quando falha a capacidade intersubjectiva na mãe, a mãe constitui o bebé como um prolongamento narcísico e esvazia-se da sua subjectividade através da idealização do bebé, cristalizando o nascimento de ambos como se de um só se tratasse. Encontramos, na clínica, várias expressões da falha do reconhecimento, desde as mães com perturbações narcísicas severas às mães com funcionamento neurótico, predominantemente preocupadas e controladoras e/ou evitantes da intimidade emocional com a criança real.

É, portanto, no interior da própria mãe que a teoria reconhece a mulher, sendo aliás essa afirmação do “feminino que está para além do materno” uma componente constituinte do próprio materno. A mãe-objecto de Freud e a mãe-função da teoria das relações de objecto são complementadas - mas não substituídas - pela mãe-sujeito da teoria intersubjectiva, constituindo esta uma nova dimensão da “imagem” materna em construção na teoria psicanalítica. Parece-nos que a mãe-sujeito representa assim uma conquista psíquica (no desenvolvimento), uma conquista teórica (na teoria psicanalítica), uma conquista clínica (como a inclusão da subjectividade do terapeuta, a sustentação da tensão intersubjectiva e do “terceiro” e da capacidade de reparar a destruição) e uma conquista social (no reconhecimento do feminino).

Noutro trabalho (Figueirôa, 2016) mencionei a evolução do papel do analista em termos semelhantes à evolução dos paradigmas sobre a mãe: do analista-objecto ao analista-função ao analista-sujeito, defendendo que cada uma das aquisições não substitui a anterior, antes vem acrescentar e complementar a anterior. O mesmo é verdadeiro em relação à mãe:

As responsabilidades maternas – ou dos cuidadores primários – incluem 1) a capacidade de se oferecerem, como objecto, às necessidades pulsionais e emocionais do bebé, 2) a capacidade de assegurarem as diferentes e importantes funções que correspondem às necessidades evolutivas da criança nas suas diferentes etapas de crescimento e 3) a capacidade de serem quem são e reconhecerem o seu filho como é e pode vir a ser, com a articulação progressiva do reconhecimento mútuo e da capacidade intersubjectiva.

Concluo, dizendo que a exigência sobre a mãe e sobre o pai e sobre todos os cuidadores significativos, na família, na escola e na comunidade, implica, mais do que um saber técnico e objectivo, uma afirmação firme da *subjectividade responsável* de cada interveniente, e a valorização da subjectividade e da responsabilidade progressiva da criança - que um dia será adulta, cidadã e cuidadora da futura geração.

Referências

- Benjamin, J. (1990). Recognition and Destruction: An Outline of Intersubjectivity. *Relational Psychoanalysis: the Emergence of a Tradition* (ed. Mitchell, S. e Aron, L.). NY: Routledge, 1999.
- Benjamin, J. (2018). *Beyond Doer and Done To: Recognition Theory, Intersubjectivity and the Third*. NY: Routledge.
- Figueirôa, D. (2014). A Criança e o Mundo Exterior: Onde Está o Adulto? *Clínica e Investigación Relacional*, 8 (2): 481-488. Madrid: Ágora Relacional.
- Figueirôa (2016). *Relação, Subjectividade, Contexto: Organizadores da Teoria e da Clínica Relacionais* (comunicação pessoal, I Jornadas da PsiRelacional).
- Freud, S. (1908). Sobre as Teorias Sexuais Infantis. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. IX (pp.189-204). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1913). Totem e Tabu. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XIII (pp. 13-162). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1918). História de Uma Neurose Infantil. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XVII (pp.15-127). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1930). O Mal-Estar na Civilização. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XXI (pp.67-148). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Greenberg, J. e Mitchell, S (1983). *Relações de Objecto na Teoria Psicanalítica*. Lisboa: Climepsi, 2003.
- Matos, M (2019). O Nascimento da Mãe no contexto da Perinatalidade. *Clínica e Investigación Relacional*, 13 (1). Madrid: Ágora Relacional.
- Meltzer, D. (1968). La Tyrannie. *Psychanalyse du Lyen Tyrannique* (Ciccone et al). Paris: Dunod, 2003.
- Mitchell, S. e Aron, L. (1999). *Relational Psychoanalysis: the Emergence of a Tradition*. NY: Routledge.
- Mitchell, S. (2000). *Relationality: From Attachment to Intersubjectivity*. Psychology Press, 2004.
- Quinodoz, J-M (2004). *Ler Freud*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- Winnicott, D. (1954; 1958). Aspectos Clínicos e Metapsicológicos da Regressão no Contexto Psicanalítico. *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Winnicott, D. (1955-56; 1958). Formas Clínicas da Transferência. *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Winnicott, D. (1957). *A Criança e o Seu Mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- Winnicott, D. (1971). O Uso de Um Objecto e o Relacionamento através de Identificações. *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- Winnicott, D. (1984). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Winnicott, D. (1987). *Os Bebés e Suas Mães*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Winnicott, D. (1988). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

Original recibido con fecha: 26/9/2018 Revisado: 15/03/2019 Aceptado: 30/03/2019
En este mismo número de CeIR se publica online la versión castellana de este trabajo.